

REPRODUÇÃO SOCIAL EM CRISE: CAPITALISMO PANDÊMICO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL DA COVID-19.

Késia Thayza Alves Xavier
Graduada em Serviço Social pela UFRN.
Pós-graduanda em GPPELE- IFRN.
kesiathayza@ufrn.edu.br

*Simpósio Temático nº 35 – RELAÇÕES DE OPRESSÃO/EXPLORAÇÃO DE GÊNERO,
FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES.*

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica acerca da reprodução social e da incidência de práticas de violência contra as mulheres no modo de produção capitalista como relações estruturantes, e tendo como plano de fundo a crise sanitária do novo coronavírus, acompanhando assim o tempo histórico presente. Sendo assim, a luz do método materialista histórico-dialético mediado pela teoria da reprodução social, objetiva-se desvelar quais são as causas estruturantes do aumento dos índices de violência doméstica no período do capitalismo pandêmico. Desta forma, verifica-se que desde o surgimento do Estado a violência de gênero é utilizada como forma de organização social baseada na exploração e no controle dos corpos das mulheres; e que apesar do capitalismo não ter criado a violência contra as mulheres ele a utiliza não apenas para organizar a ordem social, mas também para acumular trabalho reprodutivo, seja ele pago ou não, como forma de garantir a reprodução social principalmente em momentos de crise, como, por exemplo, a do capitalismo pandêmico onde as capacidades de reprodução geracional da força de trabalho são levadas a extremo. Sendo assim, percebe-se, percebe-se que longe de ser apenas o período de convivência estendido, a violência contra as mulheres, como forma de organização social, tem como fundamento a necessidade de reproduzir a sociedade quando o Estado e o capitalismo não o fazem.

Palavras-chave: Capitalismo Pandêmico; Reprodução Social; Violência Contra as Mulheres; Estado.

ABSTRAT

The present work is a documental and bibliographic research about social reproduction and the incidence of violence against women in the capitalist mode of production as structuring relationships, and having as a background the sanitary crisis of the new coronavirus, thus following the present historical time. Thus, in the light of the historical-dialectical materialist

method mediated by the theory of social reproduction, the objective is to unveil the structuring causes of the increase in rates of domestic violence in the period of pandemic capital. Thus, it appears that since the emergence of the State, gender violence has been used as a form of social organization based on the exploitation and control of women's bodies; and that although capitalism has not created violence against women, it uses it not only to organize the social order, but also to accumulate reproductive work, whether paid or not, as a way to guarantee social reproduction, especially in times of crisis, as, for example, that of pandemic capitalism where the generational reproduction capacities of the workforce are taken to extremes. Thus, it is perceived, it is perceived that far from being just the extended period of coexistence, violence against women, as a form of social organization, is based on the need to reproduce society when the State and capitalism do not do.

Keywords: Pandemic Capitalism; Social Reproduction; Violence Against Women; State.

INTRODUÇÃO

O patriarcado enquanto regime de estruturação da ordem social pautada da dominação-exploração das mulheres se consolidou há aproximados 2 milênios, onde, de acordo com Saffioti (2015), se comparamos com a humanidade o patriarcado seria o recém-nascido, e que nas palavras de Saffioti, 2015, “*a forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem dois milênios e meio para a sua consolidação*” (p. 63).

Gerda Lerner (2019) em seu fabuloso estudo sobre “A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens”, busca conta a história não contada das mulheres elencando que o surgimento do patriarcado se encontra imbricado ao nascimento dos Estados Arcaicos do Antigo Oriente Próximo, em que através das mudanças nas relações sociais, na criação de símbolos masculinos e no advento da família patriarcal se estruturou o sistema de dominação e controle de homens sobre as mulheres. Tal estudo resultou em profundas reflexões acerca da relação entre Estado e patriarcado, família e trabalho reprodutivo sexual e doméstico feminino e sua importância para a construção das sociedades antigas, bem como sua influência na sociedade contemporânea.

As teóricas feministas marxistas têm tido como tarefa uma de suas tarefas primordiais elucidar o lócus ocupado pelas mulheres e pelo trabalho doméstico nos processos de acumulação de capital objetivando identificar a relação entre reprodução social, produção e acumulação privada de capital. Sendo assim, a filósofa e ativista feminista italiana Silvia Federici (2017) nos propôs a repensar o papel das mulheres e da caça às bruxas no desenvolvimento da acumulação primitiva de capital, onde a partir de sua pesquisa apresentada na obra *Calibã e a Bruxa* a autora nos brinda com uma análise detalhada sobre qual a importância da guerra realizada contra as mulheres na Idade Média para a concretização do modo de produção capitalista.

Esta guerra sistemática realizada pelo Estado e pela Igreja Católica possibilitou o desenvolvimento não apenas das forças produtivas, como também uma mudança na estrutural social por meio de alterações significativas no que se compreendia como sendo o papel da família e da mulher na sociedade. De acordo com Federici (2017) graças à caça às bruxas e os processos de cercamento as mulheres foram designadas majoritariamente para o trabalho reprodutivo privado realizado nas suas casas, para seus maridos, filhos e parentes mais velhos. Um trabalho que se torna cada vez mais regulado pelo Estado capitalista, pois são as mulheres que parem, cuidam e reproduzem a matéria prima central para a acumulação de mais-valia: a força de trabalho.

Contudo, o Estado não fez uso apenas de leis de controle de natalidade, a violência estatal foi essencial para o estabelecimento de um modo de produção que fazendo uso da ideologia patriarcal pudesse controlar e legitimar a dominação e a exploração do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. Sendo assim parto da compreensão elaborada por Godelier (1981) de que a organização e a legitimação da dominação de um grupo sobre o outro se dá por duas vias: o recurso à violência e o consentimento. Este consentimento nem sempre é efetivado de forma espontânea, mas nas maiorias das vezes surge como sendo produto de um intenso processo de uma educação e uma cultura social para a formação de indivíduos capazes de reproduzir a sociedade pautada na hierarquia e na dominação de um grupo sobre o outro. Desta forma, para legitimar tal dominação e organizar a sociedade a partir dessa concepção de dominação/controlar/exploração recorre-se a violência seja ela real ou virtual (ameaça) como base para se alcançar o consentimento. Godelier (1981) salienta ainda que quando o consentimento enfraquece, a ameaça e a utilização da violência são recursos acionados como forma de desestimular a resistência dos sujeitos sociais.

A violência vêm sendo, portanto, uma arma utilizada para manter as relações patriarcais em toda a história do capitalismo, principalmente quando há uma redução do papel do Estado na realização do trabalho reprodutivo como ocorre com a reestruturação produtiva neoliberalismo vemos ocorrer aumentos significativos nos índices de violência contra as mulheres seja ela na esfera econômica, social ou privada, tais práticas asseguram que se um aumento, também, na acumulação de trabalho doméstico e com isso asseguramento da reprodução social pelas mulheres.

Nos últimos 02 anos graças à pandemia do COVID-19 podemos observar como o capitalismo em momento de crise e de redução do papel do Estado joga sob as costas e a mão das mulheres a responsabilidade de assegurar a existência de um exército de trabalhadores disponíveis para os processos de acumulação capitalista, este movimento foi acompanhado de um significativo número de notificações nas redes sociais de práticas de violência doméstica, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Sendo assim, este trabalho dispõe sobre o exame histórico da relação entre as crises capitalistas e violência contra as mulheres, onde se objetiva analisar a incidência de casos de violência contra as mulheres no período de crise do capital pandêmico. Desta forma, por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental buscando discorrer acerca da relação entre reprodução social e crise estrutural, analisando assim o contexto social de capital pandêmico e violência contra as mulheres no Brasil.

Este trabalho é, portanto, uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo tendo como base o método materialismo histórico-dialético de Marx, pois compreende-se que a realidade não é um conjunto desconexo de acidentes causais desconhecidos, pelo contrário. A compreensão da realidade aqui apresentada enquanto objeto de estudo é, pois, uma articulação entre o singular, o particular e o universal, assim como de determinado processo histórico e social onde tais dimensões se mostram na totalidade do ser social, e consequentemente da sociedade como nos diz Tonet (2016)

A ontologia marxiana nos mostrou, anteriormente, que a realidade é uma articulação entre singularidade, particularidade e universalidade. Além disso, mostrou também que a própria emergência do ser social implica, desde o seu ato mais inicial, a presença do conhecimento. (Tonet, 2016, p. 139)

Sendo assim, a luz da teoria e das produções bibliográficas aqui utilizadas esses dados possibilitam uma ampla compreensão sobre os impactos que a crise do capitalismo

pandêmico tem sobre a vida das mulheres, bem como as suas influências para a reprodução social, assim como para o reforço dos papéis de gênero e conseqüentemente para o aumento dos índices de violência doméstica contra as mulheres em momentos de reconfiguração do modo de produção capitalista.

1. ESTADO, CAPITALISMO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A relação indissolúvel entre Estado e violência contra mulheres apresentada por Gerda Lerner (2019) esteve presente em vários momentos históricos e quase todas as formas de sociedade. De acordo com Lerner (2019) ao analisar os códigos e leis¹ dos Estados Mesopotâmicos aponta que

Nos códigos de leis discutidos, vemos grande ênfase na regulamentação de comportamentos sexuais, com muito mais restrições impostas às mulheres do que aos homens. Isso se reflete na distribuição de temas que as leis abordam. Assim, das 282 leis do Código de Hamurabi, 73 abordam assuntos relativos a casamento e questões sexuais. Das 112 Leis Médio-Assírias restantes, cerca de 59 abordam os mesmos temas. Isso pode indicar a existência de um problema social naquele período ou pode apenas ser uma distorção pelo fato de os achados arqueológicos estarem incompletos. Mas mesmo que tábuas das LMA desconhecidas até o momento remediassem o desequilíbrio de alguma forma, a forte ênfase na regulamentação do casamento e da conduta das mulheres é impressionante. Das 200 Leis Hititas, apenas 26 tratam de casamento e regulamentação sexual; por outro lado, são mais restritivas para as mulheres do que as dos outros códigos. (Lerner, 2019, p. 139-140).

Para Lerner (2019) os Estados Arcaicos utilizaram de códigos representadas pelas Leis Mesopotâmicas para institucionalizarem o patriarcado, milhares de anos antes do capitalismo. O longo processo que culminou com o surgimento do patriarcado perpassa diversas esferas sociais em um movimento dialético de retrocessos e avanços que deságuam na atualidade. Desta forma, para se compreender o patriarcado hoje faz-se necessário olhar para a história de modo a analisar as sociedades antigas e práticas sociais visando entender como estas influem na sociedade hoje.

Godelier (1981) afirma que a organização e a legitimação da dominação de um grupo sobre o outro ocorre via dois elementos: o recurso à violência e o consentimento. Contudo o

¹ A de Leis Mesopotâmicas – o Código de Hamurabi (CH), as Leis Médio-Assírias (LMA), as Leis Hititas (LH) – e a Lei Bíblica.

autor ressalta que consentimento nem sempre é espontâneo, mas que é resultado de um profundo processo de uma educação e uma cultura social para a formação de indivíduos capazes de reproduzir a sociedade, onde, por vezes, para se alcançar determinados objetivos sociais recorre-se a violência seja ela real ou virtual (ameaça) como base para o consentimento. Godelier salienta que quando o consentimento enfraquece, a ameaça e a utilização da violência são recursos acionados como forma de desestimular a resistência dos sujeitos sociais.

Portanto, em uma sociedade de classes pautada na submissão e na desigualdade das mulheres em relação aos homens não há como se imaginar a violência como sendo apenas um reflexo, mas sim como ferramenta necessária à legitimação e organização da sociedade, que em nosso caso é sociedade capitalista. Sendo assim, o autor aponta que:

a violência e o consentimento não são, no fundo de cada um dos dois, realidades mutuamente exclusivas. Para durar todo o poder de dominação - e, mais que todos os que surgem da força brutal da guerra e da conquista - deve comportar as duas condições de seu exercício. (Godelier, 1981, p. 193).

No caso da violência contra as mulheres e sua relação com o sistema de capital, Silvia Federici (2017) afirma que seu início ocorreu por meio de uma verdadeira guerra contra o corpo feminino rebelde expressa na caça às bruxas ao final do século XVI com o objetivo moldar novas relações sociais pautadas na dominação masculina e no controle do homens através do disciplinamento do corpo feminino e da acumulação trabalho doméstico feminino em prol do desenvolvimento do modo de produção capitalista mediante a decadência do modo de produção feudal.

De acordo com Cinzia Arruzza (2019) a noção de reprodução social se destaca ao abordar as questões referentes a centralidade do trabalho de manutenção da vida e da reprodução de uma próxima geração a ser absorvida como força de trabalho para a manutenção de um sistema societal, em nosso caso o sistema capitalista.

No modo de produção capitalista este trabalho reprodutivo é desenvolvido majoritariamente pelas mulheres, sendo executado quase que unicamente no interior das unidades familiares, mas que também pode ser desenvolvida tanto pelo Estado como pelo mercado. Esta teoria da reprodução social, segundo Arruzza (2019), foi responsável pela

elaboração de uma outra teoria que assinala a existe uma unidade entre a exploração de gênero e as relações capitalistas que, portanto, o capitalismo

não inventou a subordinação das mulheres. Esta existiu sob diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores. O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente “modernos”, de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais. (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, p. 51, 2019)

Deste modo o capitalismo absorveu em suas estruturas de relações sociais o patriarcado anteriormente existente moldando, assim, novas relações sociais, que por sua vez passam a se pautar na submissão feminina em prol do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da reprodução deste objetivando a produção e a reprodução de sujeitos para constituir a força de trabalho necessária ao capital, algo considerado como vital para o capitalismo. Portanto, a reprodução social desenvolvida pelo trabalho doméstico gratuito representa, então, lucro ao capitalista e ao Estado, pois estes não precisam dispor de recursos financeiros para assegurar parte da subsistência da classe trabalhadora que por sua vez é absorvida pelo capital enquanto força de trabalho viva única capaz de produzir valor como nos apresenta Marx (2013) em O Capital.

Sendo assim, longe de libertar os homens e as mulheres das relações sociais consideradas selvagens por não condizerem com o seu caráter civilizatório o capitalismo se apropriou destas relações passando a considerar como um dos pontos centrais a questão de que as mulheres não são apenas mão de obra, elas produzem mão de obra, pois as mulheres dão à luz, alimentam, cozinham, passam etc., assegurando a reprodução social para o capitalismo. Se nos primórdios da história as mulheres se encarregaram de cuidar e alimentar tanto seus filhos como os grupos sociais que faziam parte, no modo de produção capitalista esta tarefa se acentua, se aprimora e se privatiza, e é legitimada por meio da naturalização do trabalho doméstico

Desta forma, compreende-se que o sistema patriarcal/capitalista tem se estruturado e se reproduzido na sociedade sob a dominação-exploração das mulheres por meio do controle e da apropriação de seus corpos e dos seus produtos. Tal apropriação se estende para além da esfera privada (familiar) e chega a atingir a sociedade como um todo provocando uma divisão sexual desigual do trabalho, a violência contra as mulheres, o feminicídio, a violação

de direitos humanos e sociais, a naturalização do papel da mãe e da gratuidade do trabalho doméstico que implica em jornadas extensivas de trabalho.

2. CAPITALISMO PANDÊMICO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Nos últimos meses do ano de 2019 o mundo ficou em alerta após o surgimento de um novo tipo de vírus na China com um potencial de se tornar uma pandemia global em um curto espaço de tempo. A China na busca por controlar o surto de infecção entre humanos adotou políticas rígidas de circulação de pessoas como, por exemplo, o lockdown nas cidades com mais índices de contágios, no entanto, mesmo com a rápida ação do governo chinês este não foi o suficiente para conter o poder de disseminação do novo coronavírus.

Sendo assim, com a pandemia do novo coronavírus, o mundo e o capitalismo que enfrentavam as consequências pós-crise de 2008 viram nascer uma nova crise econômica sem parâmetros atrelada a antigos fantasmas que estavam escondidos dentro dos armários do modo de produção de produção capitalista como profascismo, onde de acordo com Antunes

As alienações, as coisificações e os tantos estranhamentos, as devastações ambientais, as opressões de gênero, raça, etnia, sexos, todas essas aberrações - e tantas mais- estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais coisificadas, que em alguns casos pareciam estar encerrados. (Antunes, p. 08, 2020)

No Brasil o primeiro caso de covid-19 (infecção provocada pelo novo coronavírus) foi registrado em março de 2020. Contudo o país já enfrentava há anos o crescimento exponencial do desemprego, da inflação e da exploração e precarização do trabalho de forma ilimitada, onde segundo Antunes (2020) antes da pandemia nós já tínhamos cerca de 40% da classe trabalhadora na informalidade, muitas vezes experimentando a uberização do trabalho mediante o boom das plataformas de serviços digitais que se apresentavam como a nova maravilha da era digital e do empreendedorismo. Sendo assim

A Uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que

se expande e se desenvolve na era informal, das plataformas digitais e dos aplicativos. (Antunes, 2020, p. 11)

O capitalismo, portanto, já vinha impondo limites extremos ao trabalho em que o desemprego estrutural do qual Mészáros alertava em 1968 já atingia patamares jamais antes pensados. E foi neste contexto de desemprego aliado a redução do Estado e ao avanço do ultraneoliberalismo que o Brasil vê surgir uma nova pandemia

Com a pandemia, assim como a China os governadores dos estados brasileiros adotaram políticas de restrição de circulação de pessoas. A adoção de medidas de quarentena em nosso país foi o decreto nº 40.509 de 11 de março de 2020 assinado pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que dispôs sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus; Segundo este decreto ficavam suspensas as aulas presenciais; eventos de qualquer natureza com quantidade superior a cem pessoas; serviços de bares e restaurante deveriam adotar medidas de distanciamento de 2 metros entre as mesas.

No Rio Grande do Norte a primeira medida de adoção de medidas de enfrentamento a pandemia por parte do governo do estado ocorreu por meio do Decreto nº 30. 419 de 17 de março de 2020, que dispôs sobre medidas de isolamento social rígido, de caráter excepcional e temporário, destinadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Segundo o art. ° deste decreto as atividades presenciais ficariam restritas aos serviços esses, respeitando normas de biossegurança como uso de máscaras faciais e distanciamento entre clientes de até 1,5m (um metro e meio) em ocasionais filas.

A suspensão das atividades gerou enormes impactos sobre a manutenção e geração de postos de trabalho, onde o desemprego chegou a patamares exorbitantes. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística- IBGE nos primeiros meses de pandemia em nosso país cerca de 13,6 milhões de pessoas se encontravam desocupadas.

A crise sanitária, econômica e social do Covid-19 vai tomando contornos de classe, raça e gênero, principalmente nas terras brasileiras. Segundo dados do IBGE por meio do PNAD-Covid divulgados ao fim de 2020 A taxa de desocupação entre as mulheres foi de 17,2%, maior que a dos homens, de 11,9%. Por cor ou raça, a taxa era maior entre as pessoas de cor preta ou parda (16,5%) do que para brancos (11,5%), isso representou um aumento

de 0,3 pontos percentuais na taxa entre pretos e pardos enquanto a taxa entre os brancos manteve-se inalterada pelo quarto mês consecutivo. As poucas políticas de socorro emergencial adotadas pelo Governo Federal se mostraram insuficientes para atender a população brasileira que cada vez mais buscou formas de trabalho informal para atender suas necessidades humanas vitais, de acordo com o mesmo estudo do IBGE o número de trabalhadores informais em novembro de 2020 foi de 29,2 milhões de pessoas em novembro, equivalente a 34,5% do total de ocupados, o que representou um aumento de 0,6% em relação ao mês de outubro do mesmo ano.

O auxílio emergencial fornecido aos brasileiros afetados economicamente pela pandemia através da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), se tornou a única fonte de renda de muitos brasileiros no período de março a dezembro de 2020. Segundo o portal raça e saúde dos beneficiários do auxílio emergencial cerca de 67,5% eram negros ou pardos, e 1,1% amarelos ou indígenas.

Enquanto milhares de brasileiros morriam diariamente diante da crise sanitária do capital pandêmico por meio da Covid-19 o governo federal representado pelo presidente genocida Jair Messias Bolsonaro adotou uma política negacionista, dizendo que o vírus era apenas “uma gripezinha”, que as pessoas não deveriam usar máscaras (principal item para evitar proliferação do vírus), bem como realizava transmissões via canais como o youtube orientando as pessoas a realizar tratamentos precoces sem eficácia comprovada pelos cientistas, além de promover uma forte campanha ideológica contra as ações de isolamentos sociais promovidas por governadores estaduais², e assim sucumbimos ao vírus.

O relatório do PNAD-Covid escancara como a raça, o sexo e a classe se tornaram fatores dominantes na pandemia, onde dados mostrados pelo estudo que merece atenção se refere as taxas de pessoas que apresentaram algum sintoma gripal e a taxa de internação devido a sintomas de covid-19. De acordo com o PNAD das 8 milhões de pessoas que participaram da pesquisa (3,8% da população brasileira) que alegaram ter apresentado algum sintoma de gripe em outubro de 2020, 56,9% destas eram mulheres,

² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>

das quais 4,4% se declararam de cor preta ou parda e 37,6% eram sem instrução ou com fundamental incompleto. Contudo, foram as pessoas brancas que tiveram mais acesso aos serviços hospitalares representando 52% dos casos em novembro de 2020

Sendo assim, esta tragédia do povo brasileiro estava então anunciada. Enquanto escrevo este capítulo, segundo dados do Painel do Coronavírus do Governo Federal somam-se um total de 16,1 milhões de casos registrados e 450 mil mortes em decorrência do novo coronavírus. De acordo com um estudo do portal raça e saúde, das 270 mil mortes por covid-19 diretas ou indiretas³ 153 mil foram de pessoas negras ou pardas. Em relação ao sexo o mesmo estudo informa que a mortalidade das mulheres pretas e pardas (57%) foi maior em relação as mulheres brancas (43%). Já a morte de homens negros ou pardos foi 2x maior que os óbitos de mulheres brancas.

No entanto, não foram apenas os números de mortes por Covid-19 que alcançou números exorbitantes no período correspondente a março e dezembro de 2020. Uma outra forma de exercício de poder, controle, dominação e violência aflorou nos lares brasileiros.

Durante o período de isolamento social o número de casos e denúncias de práticas de violência doméstica e letal contra as mulheres no Brasil atingiu números exorbitantes, onde de acordo com o anuário Brasileiro de Segurança Pública- 2020 só no ano passado foram registradas 147.379 denúncias de violência doméstica contra mulheres. Sendo assim, no próximo tópico detalharemos os rebatimentos da pandemia na reprodução social e nos índices de violência doméstica, de gênero e letal contra mulheres no Brasil como exemplo da íntima relação entre capitalismo, crise, reprodução social e violência de gênero.

Desta forma, desde março de 2020 ocupam os chamadas e noticiários brasileiros dados sobre os índices de violência doméstica no Brasil e sua ascensão durante o isolamento social. Muitas campanhas de denúncia de violência doméstica foram realizadas, quem não lembra de um vídeo que circulava nas redes sociais onde uma moça ao ir a uma farmácia mostrava a palma da mão com um X vermelho sinalizando que sofria violência por parte de seu parceiro. Muito se alegava que por estarem isoladas com seus agressores as mulheres

³ De acordo com o estudo do portal Raça e Saúde a taxa de mortalidade observada é resultado de três causas: óbitos por COVID-19, óbitos por COVID-19 que não foram declarados assim e óbitos provocados indiretamente pela pandemia, como por exemplo, mortes provocadas pela sobrecarga dos serviços de saúde.

eram cada vez mais agredidas em seus lares, espaços que deveriam ser considerados seguros, principalmente quando lá fora um vírus considerado mortal vitimava milhares de pessoas.

No entanto, essa resposta sobre o porquê do aumento dos índices de violência doméstica camuflava uma gama de questões de ordem econômica e social que desvelavam a essência do problema, e ela estava muito longe de ser apenas a convivência diária prolongada.

Precisamos ter em mente que o a crise sanitária do novo coronavírus além de econômica, social e sanitária, é também uma crise de reprodução social⁴. O capitalismo não sobrevive sem que a reprodução da força de trabalho fosse realizada de maneira contínua, confiável e nos moldes aceitáveis pelo sistema de capital, foi o que nos alertou Bhattacharya (2020) quando verbalizou que

Enquanto o capitalismo como sistema só se preocupa com o lucro, sendo o lucro o sangue e o motor da vida do capital, o sistema tem uma relação de dependência relutante com os processos e instituições de produção da vida. Este sistema depende dos trabalhadores para produzir mercadorias que são depois vendidas para obter lucros. (Bhattacharya, 2020, p. 175)

E esta nova crise escancarou novamente os limites do capitalismo quanto a sua dependência do trabalho vivo e do trabalho reprodutivo quando por todos os lados milhares de trabalhadores eram vitimados direta ou indiretamente pela covid-19. Bradley (2020) aponta que a crise do novo coronavírus toma um caminho inverso das crises anteriores, já que ela atinge primeiro a esfera da reprodução social e posteriormente a produção em si, pois

Normalmente, as crises começam como crises de produção: uma indústria ou setor em colapso que leva a quebras ou perdas de lucratividade, que são depois transferidas para a população sob a forma de cortes nos empregos, reintegrações de posse e ataques aos serviços sociais de reprodução (por exemplo, nas áreas da saúde e da educação). (Bradley 2020, p. 95)

Como bem sabemos primeiro foram fechadas escolas, reduzidos serviços essenciais, aumentaram-se dos preços de produtos, redução de salários, desemprego, e tudo isso frente a um histórico contínuo de cortes orçamentais em áreas de interesse social etc; é nesta

⁴ Nas palavras de Kate Bradley (2020) reprodução social é o nome dado aos processos que são realizados para transformar as pessoas em trabalhadores para garantir que sejam saudáveis, obedientes e aptas para o trabalho. Logo reprodução social é também um termo que descreve os processos através dos quais as pessoas sustentam a si próprias e as suas comunidades por meio de atividades de cuidado e educação, mesmo fora de um contexto.

conjuntura de crise (assim como em outras já relatadas) que a violência doméstica encontra solo fértil para aumentar sua incidência não só no Brasil, mas como também em todo o globo.

Segundo o relatório de violência doméstica durante a pandemia do covid-19 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública- 2020 as notificações de violência via canal 180 aumentaram nos primeiros meses de pandemia, no Estado de São Paulo este aumento foi de 44,9%. No Rio Grande do Norte o número de feminicídios aumentou cerca de 300%, de acordo com o mesmo relatório, enquanto no Mato Grosso o número de assassinato de mulheres em função do gênero subiu 400%. Contraditoriamente, os registros de Boletins de Ocorrência por violência doméstica regrediram durante o período inicial isolamento social no Brasil, conforme o relatório de violência doméstica somente no Estado do Pará o número de registros de boletins caiu um percentual de 49,1%. Esta queda de registro de boletins de ocorrência pode ser justificada devido ao fato de que os serviços se encontravam em redução de funcionamento, bem como a necessidade de comparecimento presencial da vítima para registro de ocorrência.

Contudo, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que em tempos de pandemia e isolamento social as redes sociais serviram como termômetro de violência onde somente no Twitter houve um aumento de 431% de relatos de violência doméstica. Foram 52 mil menções de possíveis brigas entre vizinhos registrados no twitter somente fevereiro e abril de 2020, já em relação a violência doméstica em si foram 5.583 menções.

No ano de 2021 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançou a 3ª edição do relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil buscando analisar dados objetivando entender o que mudou quando se fala em violência doméstica no país após um ano de pandemia. De acordo com o relatório de 2021 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19, ou seja, cerca de 17 milhões de mulheres relataram ter sido vítima de violência durante esta pandemia.

Quanto ao perfil destas mulheres, o relatório aponta que em sua maioria são jovens entre 16 e 24 anos (35%), negras ou pardas (52,9%), divorciadas (35%), que tiveram a renda familiar reduzida (61,8%) e/ou perderam seus postos de trabalho (46,7%) em função da pandemia. Quanto aos autores das agressões, 72,8% destes são conhecidos das vítimas e em sua maioria são seus companheiros ou ex-companheiros (42,5% dos agressores). Quando questionadas sobre quais atitudes tomaram após sofrer algum tipo de agressão, 44,9% das

entrevistadas afirmaram que não fizeram nada em relação ao fato; 8,2% buscaram a igreja da qual faziam parte e 34,4% procuraram amigos e/ou familiares. Apenas 21,4% das brasileiras entrevistadas que relataram ter sofrido algum tipo de agressão durante a pandemia buscaram alguma delegacia para denunciar a violência., ou seja, apenas cerca de 3.638.000 das 17 milhões de vítimas.

Por meio dos dados dos relatórios de 2020 e 2021 de Fórum Brasileiro de Segurança Pública percebemos que há uma relação entre classe, gênero e raça que determina quem majoritariamente será vítima de violência neste contexto de pandemia. No entanto, os dados não aprofundam quanto as causas da violência em tempos de pandemia, mesmo apontando de maneira transversal a questão do desemprego, queda de renda, duplas e triplas jornadas de trabalho realizadas pelas mulheres, os relatórios continuam a pautar o aumento do tempo de convivência com o agressor como sendo o principal motivo para o crescimento dos índices de violência doméstica e familiar.

Bhattacharya (2019) apontava que as mudanças nas políticas sociais estatais neoliberais jogavam para as famílias a responsabilidade do cuidado e da reprodução social, essa tarefa mesmo com o aumento da participação masculina na realização de tarefas domésticas, continuavam majoritariamente sendo realizada por mulheres. Thiti Bhattacharya (2019) mostra ainda que mesmo não sendo a intenção dos governos o aumento das desigualdades sociais resultou, dentre outras coisas, no aumento da violência. Sendo assim, reorganização capitalista em tempo de crise passa, portanto, por duas esferas a adoção de políticas de austeridade e a reconfiguração da reprodução social que se dá principalmente por meio de adoção de ideologias sobre a família. Ideologias que muitas vezes significam reforços de papéis de gênero e na responsabilização das mulheres pelo cuidado da família.

Outro fator importante para se entender o aumento da violência contra as mulheres em momentos de crise como a pandemia da covid-19 fala sobre a falência do modelo de homem provedor do lar, tendo em vista que *“uma ampla gama de violência de gênero parece ocorrer em nome da perda da autoridade ou controle “tradicional” masculino”* (Bhattacharya, 2019, p. 32) onde podemos destacar feminicídios, suicídios, crimes de honra, agressões físicas etc. Como foi visto anteriormente mais de 60% das vítimas de violência doméstica durante a pandemia tiveram a renda familiar reduzida e viram cair a qualidade de vida familiar enquanto o Governo Federal brasileiro realizava políticas financeiras de

socorro aos bancos na casa dos trilhões de reais⁵, o que joga ainda mais luz na defesa dos interesses dos capitalistas em detrimento das trabalhadoras e trabalhadores. Um exemplo disso é a inexistência de políticas de acolhimento para mulheres vítimas de violência no Brasil.

Enquanto países com Espanha e Portugal confiscavam hotéis e abrigos para acolheres as vítimas de violência doméstica durante a pandemia, o Governo Brasileiro anunciou o lançamento de um aplicativo de denúncia de violência, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública até outubro de 2020 este aplicativo ainda não estava disponível nas plataformas digitais. Sendo assim, diante da ausência de emprego, comida e políticas de segurança milhares de mulheres se tornaram vítimas.

Contudo, diante do caos instaurado esta pandemia mostrou a importância do trabalho reprodutivo para o capitalismo, algo que há muito naturalizado ela inviabilizado pelas hierarquias sociais, é o que nos diz Bradley (2020)

A pandemia do coronavírus serviu para realçar, mesmo para aqueles que normalmente não estão inclinados às ideias anticapitalistas, que uma condição essencial para as nossas sociedades continuarem a funcionar é que o trabalhador cuide de si próprio para chegar à porta do seu local de trabalho – parte oculta da vida que muitas vezes tomamos como apolítica e não relacionada com a nossa experiência enquanto trabalhadores. (Bradley, 2020, p. 97)

Ao mostrar que o capitalismo precisa de vida humana para se manter enquanto sistema, a teoria da reprodução social sinaliza que os trabalhos reprodutivos são essenciais para o capital assim como o trabalho reprodutivo, e que, portanto

a sociedade precisa se orientar por uma lógica de reprodução da vida em que a vida tenha significado diverso da experiência precarizada que o modo de produção capitalista viabiliza, com seus processos legais de barbárie expropriadora. É possível e necessário que a vida seja mais do que a contínua repetição de tarefas e trabalhos que visam e asseguram o lucro de uma minoria. (Coelho; Azevedo & Ruas, 2020, p. 110)

E esta mudança de significado da vida se inicia no reconhecimento do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico enquanto trabalho que gera lucro para o capital seja pela produção de mão de obra, seja pela comercialização de serviços a preços baixos e com

⁵Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/23/bc-muda-compulsorio-e-libera-temporariamente-r-68-bilhoes-ao-mercado-financeiro.ghtml>.

relações trabalhistas precarizadas, onde majoritariamente se encontram as mulheres. Este reconhecimento pressupõe dentre outras coisas a destruição das relações patríciais que ditam a divisão sexual do trabalho e as relações em sociedade que se encontra no cerne das práticas de violência contra as mulheres até hoje. Não é apenas o convívio com o agressor que determina se uma mulher vai ou não apanhar do seu companheiro, mas sim um conjunto de determinações sociais estruturais da sociedade capitalista patriarcal, racista, hierárquica e desigual que influenciam nas formas de sociedade e nas relações sociais tanto nos espaços públicos quanto nos lares.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo serviu para verificar que: primeiro, a reprodução social é anterior ao modo de produção capitalista. Ela, a reprodução social, acompanha a história e fundamenta a divisão sexual do trabalho, a construção de Estados e as relações sociais subsequentes. É por meio da reprodução social que se constroem aparatos legais para regular a vida em sociedade e nisto os espaços ocupados pelas mulheres.

Segundo a violência contra as mulheres é utilizada como ferramenta que possibilita organização hierárquica da sociedade e legitima o a dominação e o controle de um grupo sobre o outro, tais práticas datam de milênios antes da era moderna, contudo, carregam semelhanças e divergências com a violência contra as mulheres no modo de produção capitalista.

O capitalismo é permeado por fraturas e contradições que de tempos em tempos se expressam e se aprofundam durante os períodos de crises cíclicas inerentes a este modo de produção. A cada crise o capitalismo se adapta, e adapta a reprodução social para atender essa reconfiguração de produção. A reprodução social aqui é entendida como o conjunto de tarefas pagas ou não que asseguram a reprodução da vida e com ela do trabalho vivo, único capaz de gerar valor para o capital.

O trabalho reprodutivo, por meio da divisão sexual do trabalho, continua a ser desenvolvido majoritariamente pelas mulheres seja nos postos de trabalho, seja pelo trabalho doméstica. Sendo assim, a cada crise as mulheres são afetadas diretamente pela subida dos preços, pelo desemprego, pelas perdas salariais etc. São as mulheres, portanto,

que pagam a conta das crises, pois são nelas que é jogada a responsabilidade pela reprodução social quando o Estado se ausenta de fazer, principalmente em contexto de ultraneoliberalização do capital.

Sendo assim, existe uma relação contraditório envolvendo os interesses capitalistas quanto a reprodução social, pois o trabalho reprodutivo é o único capaz de assegurar a reprodução da mão de obra e, portanto, é de interesse do capital que este seja mantido. Contudo, enquanto se reduz os serviços públicos com intuito de maximizar mais lucros, faz-se necessário, também, acumular cada vez mais o trabalho reprodutivo num mundo onde o salário cada vez mais paga menos e insuficiente para assegurar a reprodução diária do trabalhador.

Sendo assim, acredita-se que o problema da pesquisa tenha sido respondido, considerando que as produções, mesmo necessitando de maior aprofundamento, sobre a reprodução social apontam para o interesse do capitalismo na acumulação de trabalho doméstico e como consequência no aumento dos índices de violência contra a mulher em períodos de crise não como incidentes, mas como forma instrumentalizadas de acumulação de trabalho e reforço de papéis de gênero necessários ao capital. Sendo assim, cabe salientar a importância da teoria da reprodução social para o desvelamento das relações sociais patriarcais no sistema capitalista, e sua possibilidade de superação pela luta organizada das mulheres.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

14º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>> acesso em 31 de julho de 2021

15º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>> acesso em 31 de julho de 2021

AZEVEDO, F. G. S. de; COELHO, B. da P. de M; RUAS, R. A crise da vida sob o capitalismo: a reprodução social como chave para a transformação. In: Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada. Guilherme Leite Gonçalves (Org.). Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas entre gênero e classe. In: Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo.** Tradução de Nina Jacomini. 1ª ed- São Paulo: Usina Editorial, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nance. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed- São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero do neoliberalismo. Marx e o Marxismo/UFF, Jan/jun: 2019. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/14> acesso em 17 de agosto de 2021

BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory and Why We Need it to Make Sense of the Corona Virus Crisis. Tithi Bhattacharya Blog, Abril de 2020. Disponível em: <http://www.tithibhattacharya.net/new-blog/2020/4/2/social-reproduction-theory-and-why-we-need-it-to-make-sense-of-the-corona-virus-crisis?rq=coronavirus>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

Brasília-DF. Painel do Coronavírus. Disponível em < <https://covid.saude.gov.br/>> acesso em 25 de maio de 2021.

Brasília-DF. Lei 13.982 de 02 de abril de 2020. Disponível em < <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=600&pagina=1&data=02/04/2020&totalArquivos=4>> acesso em 25 de maio de 2021.

Brasília-DF. Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390582>> acesso em 12 de maio de 2021

BRADLEY, Kate. Reprodução Social em crise. LEICC/UERJ, Abril de 2020. Disponível em: <https://leiccuerj.com/2020/04/03/reproducao-social-em-crise/>. Acesso em: 8 de abr. de 2020. Tradução: Bruna da Penha de Mendonça Coelho, Fatima Gabriela Soares de Azevedo e Rhaysa Ruas. Revisão: Rhaysa Ruas. Texto original: Social reproduction in crisis. Revolutionary Socialism in the 21th century, Abril de 2020. Disponível em: <https://www.rs21.org.uk/2020/04/01/social-reproduction-in-crisis/>. Acesso em 17 de agosto de 2021

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. - 1ª ed- São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GODELIER, Maurice. **A parte ideal do real. In: Antropologia.** Edgard de Assis Carvalho (Org.). Tradução de Evaldo Sintoni. 1ª ed- São Paulo: Ática, 1981.

IBGE. PNAD COVID19: 22,7% das pessoas que realizaram testes para coronavírus até novembro testaram positivo. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29770-pnad-covid19-22-7-das-pessoas-que-realizaram-testes-para-coronavirus-ate-novembro-testaram-positivo>> Acesso em 18 de maio de 2021.

LERNER, Gerda. **A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO: História da opressão das mulheres pelos homens.** Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARS, KARL. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2 ed. rev e ampliada- São Paulo: Boitempo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado violência.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015

TONET, Ivo. **Método Científico.** 2ª ed- Maceió, Coletivo Veredas: 2016

